



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

Aos 14 dias do mês de setembro de 2016, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;
 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 38 e 39, relativas a 13 e 19 de julho;
 3. Discussão e votação do Relatório de Atividades relativo à 1.ª Sessão Legislativa;
 4. Discussão e votação da Proposta de Plano de Atividades para a 2.ª Sessão Legislativa;
 5. Discussão e votação do Parecer sobre o P.J.L. n.º 80/XIII/1.ª - Revoga o Decreto-lei n.º 138/2013, de 9 de outubro que «define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS» - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira;
 6. Discussão e votação do Parecer sobre o P.J.L. n.º 269/XIII/1.ª - Altera a composição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira;
 7. Distribuição do «Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Entidades Convencionadas», relativo a 2015, para efeitos de elaboração de Parecer, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 15/2014, de 21 de março;
 8. Admissão e distribuição das Petições n.ºs 158/XIII/1.ª, relativa ao «Grupo de Estudos de Cancro de Cabeça e Pescoço que sugere a adoção de uma medida legislativa que permita a reabilitação oral aos doentes tratados com cancro de cabeça e pescoço de forma gratuita no SNS» e a Petição n.º 160/XIII/1.ª, que pretende a «reabertura da Casa de Saúde Santo António, em Albergaria-a-Velha»;
 9. Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar uma Audição do Diretor para a área da Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos, o Dr. Paulo André Raposo Assunção Fernandes;
 10. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar uma Audição do Senhor Ministro da Saúde;
 11. Outros assuntos.
-



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

1. Informações

O Presidente deu conta dos seguintes pedidos do PAR, para pronúncia da Comissão: sobre a realização, na AR, da exposição «*Uma pele para outra vida*», no corredor do bar, entre 21 e 29 de outubro, e a apresentação do «*Estudo Pessoa – Viver com Psoríase*», durante a manhã de 25 de outubro no auditório do edifício novo; sobre a realização do «*Fórum Mais Participação, melhor saúde*», no dia 18 de outubro (terça-feira), para o qual o GAT – Grupo de Ativistas em Tratamentos vem solicitar a cedência do auditório do edifício novo; e sobre a realização de uma atividade a propósito do Dia Mundial da Saúde Mental, sobre «*Primeiros socorros psicológicos*», na tarde do dia 10 de outubro (segunda-feira), que a Ordem dos Psicólogos Portugueses gostaria de levar a cabo no Parlamento. Informou que o expediente relativo a estes eventos será enviado aos coordenadores dos Grupos Parlamentares, para que manifestem a sua opinião até à próxima sexta-feira.

Deu também conta de que a 1.ª Comissão convidou a Comissão de Saúde a pronunciar-se sobre a Petição n.º 151/XIII, que solicita «*que a AR aprove a realização de um referendo que promova a discussão pública sobre a gestão de substituição*», cabendo a elaboração do parecer ao PSD, que indicou a Deputada Ângela Guerra. Também o P.J.L. n.º 291/XIII PCP – condições de saúde e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança – é da competência da 1.ª Comissão, tendo baixado com conexão às 9.ª e 10.ª Comissões, pelo que foi distribuído ao PS, que indicará posteriormente o autor do parecer.

No que se refere aos P.J.L. n.º 289/XIII PSD (clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais) e P.J.L. n.º 293/XIII CDS-PP (altera o Código do IVA para isentar as prestações efetuadas no âmbito das terapêuticas não convencionais) são da competência da COFMA, com conexão, no caso do P.J.L. 289, às 9.ª e 10.ª comissões e, no caso do P.J.L. 293, à 9.ª Comissão, sendo que a sua discussão já se encontra agendada para Plenário do dia 23 de setembro. Perguntou ao Deputado Domingos Pereira se poderia incluir estas iniciativas, porque versam a mesma matéria, no seu Parecer sobre o P.J.L. 252/XIII (1.ª), tendo o Deputado concordado.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 38 e 39, relativas a 13 e 19 de Julho

As atas n.ºs 38 e 39, relativas aos dias 13 e 16 de julho, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Relatório de Atividades relativo à 1.ª Sessão Legislativa

4. Discussão e votação da Proposta de Plano de Atividades para a 2.ª Sessão Legislativa



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

O Deputado Moisés Ferreira disse concordar com ambos os documentos, propondo apenas uma pequena precisão na Introdução do Relatório de Atividades.

A Deputada Ângela Guerra recordou que o Plano de Atividades da 1.ª SL previa a realização de um certo número de visitas e de eventos e conferências, que não ocorreram, e a nota do PSD vai no sentido de sugerir que as propostas sejam calendarizadas, para que se possam concretizar. Em relação às datas propostas para as audições obrigatórias do Ministro nada tem a opor, solicitando no entanto que a primeira audição seja antecipada, do dia 28, para o dia 27 de setembro, devido a compromissos assumidos anteriormente pelo PSD.

A Deputada Carla Cruz entende que a Comissão deverá fazer um esforço para cumprir o Plano. No início da 1.ª sessão legislativa o PCP alertou a Comissão para o enorme conjunto de atividades previstas, podendo-se entender que as propostas teriam o horizonte temporal da Legislatura. Pela parte do PCP, e no que respeita a visitas, enviou um *e-mail* ao serviço de apoio à Comissão, sugerindo a realização das visitas aos Distritos de Beja e de Santarém.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos saudou o Presidente e os Deputados no retomar dos trabalhos, bem como os colaboradores e assessores. Referiu que a primeira sessão legislativa foi atípica, devendo ser agora definidas as prioridades, e adaptar-se o Plano, em conformidade.

O Presidente disse que ficam registadas as sugestões referidas. Colocou à votação o Relatório de Atividades relativo à 1.ª Sessão Legislativa, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. De seguida colocou à votação o Plano de Atividades para a 2.ª Sessão legislativa, que foi também aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

5. Discussão e votação do Parecer sobre o PJI n.º 80/XIII/1.ª - Revoga o Decreto-lei n.º 138/2013, de 9 de outubro que «define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS» - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Parecer relativo ao PJI n.º 80/XIII/1.ª, mencionando o objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, a verificação do cumprimento da lei formulário, o enquadramento legal, doutrinário e constitucional e antecedentes, deu conta das iniciativas legislativas sobre matéria conexa, reservando a sua opinião para Plenário. Concluiu com o Parecer



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

de que o Projeto de Lei em análise reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutido e votado em Plenário, devendo ser enviado ao PAR, anexando-se a Nota Técnica.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos cumprimentou o Deputado pelo Parecer. Referiu que a posição do PS já foi assumida, sendo que nuns casos se deve manter o acordo e noutros não. Vota a favor do Parecer.

A Deputada Ângela Guerra agradeceu a elaboração do Parecer que é objetivo e sintético. Disse que a posição do PSD é divergente do proposto pelo PJI, discordando da iniciativa em apreço, nomeadamente quando refere que é um dado adquirido haver melhoria para as populações se os hospitais se mantiverem no setor público, antes considerando que a medida só vai aumentar a despesa.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o autor do Parecer. O Governo anterior quando fez os acordos de transferência de hospitais para as misericórdias disse que havia um estudo económico que o PCP nunca obteve, apesar de o solicitar várias vezes. Concluiu frisando que a devolução de hospitais às misericórdias teve custos para as populações.

A Deputada Teresa Caeiro saudou o Presidente e na sua pessoa todos os Deputados. Entende que deve haver alguma ponderação porque nem tudo o que não corresponda à visão ideológica do PCP é incorreto. Entende que, na altura, o Governo legitimamente tomou a opção de devolver a gestão de hospitais às misericórdias. O CDS-PP reserva a sua opinião para Plenário.

O Presidente felicitou o Deputado e colocou os considerandos e as conclusões do Parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, estando ausente o PEV.

6. Discussão e votação do Parecer sobre o PJI n.º 269/XIII/1.ª - Altera a composição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Parecer relativo ao PJI n.º 269/XIII/1.ª, mencionando o objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, o enquadramento legal, constitucional e antecedentes, a verificação do cumprimento da lei formulário e reservando a sua opinião para Plenário. Concluiu com o Parecer de que o Projeto de Lei em análise reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutido e votado em Plenário, anexando a nota técnica.

Os Deputados cumprimentaram o Autor do Parecer: Maria Antónia de Almeida Santos reconheceu que o Parecer está conforme, devendo ser ponderado o alargamento do CNECV, reservando a sua opinião para Plenário; Teresa Caeiro disse reservar a sua opinião para Plenário; Miguel Santos entendeu que o Parecer está em conformidade e compreende que exista precaução no alargamento da composição dos órgãos que funcionam junto da AR, acrescentando que a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

perspetiva do PAN merece reflexão. No Plenário, quando chegar o momento, o PSD tomará posição.

O Presidente felicitou o Autor do Parecer e colocou os considerandos e as conclusões do Parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, estando ausente o PEV.

7. Distribuição do «Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Entidades Convencionadas», relativo a 2015, para efeitos de elaboração de Parecer, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 30º da Lei n.º 15/2014, de 21 de março

Foi distribuído ao PSD, para efeitos de elaboração de Parecer, o «Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde e Entidades Convencionadas», relativo a 2015, conforme previsto no artigo 30.º da Lei n.º 15/2014, de 21 de março, cujo Autor será o Deputado Miguel Santos.

8. Admissão e distribuição das Petições n.ºs 158/XIII/1ª, relativa ao «Grupo de Estudos de Cancro de Cabeça e Pescoço que sugere a adoção de uma medida legislativa que permita a reabilitação oral aos doentes tratados com cancro de cabeça e pescoço de forma gratuita no SNS» e a Petição n.º 160/XIII/1ª, que pretende a «reabertura da Casa de Saúde Santo António, em Albergaria-a-Velha»

Foi admitida a Petição n. 158/XIII/1.ª e distribuída ao PS, que indicou como Relator o Deputado António Sales.

A Petição n.º 160/XIII/1.ª foi admitida e distribuída ao PSD, que indicou como Relator o Deputado António Topa.

9. Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar uma Audição do Diretor para a área da Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos, o Dr. Paulo André Raposo Assunção Fernandes

O Deputado Moisés Ferreira justificou a apresentação do requerimento mencionando as últimas notícias sobre um novo surto de infeções hospitalares por bactérias multirresistentes. *«Lembra que Portugal é um dos países com maior taxa de infeção hospitalar e com uma alta taxa de mortalidade associada. O relatório Portugal-Prevenção e Controlo de Infeções e Resistência aos Antimicrobianos 2015 apresentado este ano retratava bem esta realidade ao destacar que as infeções hospitalares são responsáveis por 12 mortes por dia em Portugal, sete vezes mais do que*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

os acidentes rodoviários». Dado que é ao Diretor para a área da Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos que compete desenvolver a estratégia de prevenção e controlo das infeções associadas aos cuidados de saúde, bem como a resistência das bactérias aos antibióticos, o BE requer a audição do seu responsável para saber, nomeadamente, quais as medidas que estão a ser aplicadas para a redução das infeções hospitalares.

A Deputada Teresa Caeiro entende que faz sentido realizar a audição proposta, lembrando que Portugal é um caso de estudo para a problemática das infeções hospitalares.

O Deputado António Sales afirmou que o PS acompanha a pretensão do BE, justificando-se a audição pelo número de casos, bem como pela oportunidade.

A Deputada Carla Cruz acompanha a audição. Considerou que os dados sobre as infeções hospitalares são preocupantes e devem ser conhecidos os mecanismos que vão ser postos em prática para debelar o problema.

O Deputado Miguel Santos declarou que as infeções hospitalares são um problema do SNS e devem ser implementadas mais medidas. A audição permitirá esclarecer o assunto, informando que o PSD votará a favor.

O Presidente colocou à votação o requerimento do BE, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

10. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar uma Audição do Senhor Ministro da Saúde

A Deputada Teresa Caeiro apresentou o requerimento a pedir a audição do Ministro da Saúde, «com o objetivo de explicar à Comissão o aumento dos pagamentos em atraso aos fornecedores dos hospitais». Referiu que a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) deu conta da execução orçamental de julho de 2016, onde se refere um aumento dos pagamentos em atraso. Assim, o CDS-PP considera fundamental que o Ministro justifique o motivo dos pagamentos em atraso aos fornecedores dos hospitais, que cresceram 224 milhões em hospitais, EPE, recordando o esforço feito nos últimos anos por todos os portugueses para limpar os pagamentos em atraso.

O Deputado Miguel Santos considerou o requerimento oportuno. Sabe por diversas fontes e por documentos do Governo, que não levantam dúvidas, de que há um derrapar dos prazos de pagamento do SNS e já é indisfarçável que a dívida está a crescer, faltando saber se é por incapacidade ou se é uma ação propositada com o objetivo de não agravar o défice. Recorda que a história recente diz que o resultado apresentado no final não é nada agradável para o SNS e para os portugueses. Vota favoravelmente o requerimento.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos entende que nada melhor do que ouvir o Ministro da Saúde para esclarecer o assunto. Dado que está prevista a vinda do Ministro para a primeira audição obrigatória propõe que se siga a metodologia, já utilizada anteriormente, no sentido de fazer uma ronda adicional só para discutir esse assunto, que a todos interessa.

A Deputada Carla Cruz lembrou que é apanágio do PCP votar favoravelmente os requerimentos, o que também acontecerá desta vez. A audição será bem-vinda para debater essas questões e ocorrendo no dia da primeira audição obrigatória, será uma questão de agilidade.

O Deputado Moisés Ferreira acompanha o requerimento e a possibilidade de uma ronda extraordinária será uma solução.

O Deputado Miguel Santos referiu que se está a usar uma tática dos partidos do Governo quando confrontados com a necessidade de votar um requerimento da oposição. Defende a realização de uma audição autónoma, porque juntar uma ronda adicional a uma reunião que vai acontecer não acrescentaria nada, porque os Deputados poderão sempre questionar o Ministro sobre qualquer assunto.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos reiterou a posição já manifestada pelo PS, ou seja, a realização de uma ronda adicional no dia da audição obrigatória do Ministro, considerando que isso não lhe retira importância.

A Deputada Teresa Caeiro agradece o zelo do PSD e às bancadas que reconhecem a importância do requerimento. O CDS-PP não vê inconveniente na realização de uma ronda adicional no dia da audição obrigatória do Ministro, porque o que se pretende é um cabal esclarecimento do assunto.

O Presidente colocou à votação o requerimento do CDS-PP, com a inclusão da proposta do PS no sentido da audição ser realizada imediatamente antes da primeira audição obrigatória do Ministro da Saúde, no dia 27 de setembro, mas com grelha própria, o que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 setembro 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 40

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
Francisco Rocha
João Ramos
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães
Sara Madruga da Costa

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Luísa Salgueiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Galriça Neto
Luís Vales